

Educação:

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Jacinta Lúcia Rizzo Marcom
(Organizadoras)

4

*Da vida quero o abraço, um sorriso, um passo a passo, alegria, imperfeição,
ensinar é aprender
ver o mundo,
Gente e letra, dando as mãos, aprender é transformar, ler o mundo, o meu lugar,
compreender,
conhecer meu
próprio chão,
criar asas
pra voar, alcançar a imensidão, à distância, nem olhar, o meu eu, libertação.*

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR

Atena
Editora

Ano 2021



Educação:

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Jacinta Lúcia Rizzo Marcom
(Organizadoras)

4

*Da vida quero o abraço, um sorriso, um passo a passo, alegria, imperfeição,
ensinar é aprender
ver o mundo,
Gente e letra, dando as mãos, aprender é transformar, ler o mundo, o meu lugar,
compreender,
conhecer meu
próprio chão,
criar asas
pra voar, alcançar a imensidão, à distância, nem olhar, o meu eu, libertação.*

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR

 **Atena**
Editora

Ano 2021



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Educação: diálogos convergentes e articulação interdisciplinar 4

Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadoras: Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Jacinta Lúcia Rizzi Marcom

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: diálogos convergentes e articulação interdisciplinar 4 / Organizadoras Adriana Regina Vettorazzi Schmitt, Jacinta Lúcia Rizzi Marcom. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-499-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.990212209>

1. Educação. I. Schmitt, Adriana Regina Vettorazzi (Organizadora). II. Marcom, Jacinta Lúcia Rizzi (Organizadora). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Esta obra adota o termo Inclusão social sob o aspecto do direito à participação e fruição de bens e direitos socialmente construídos. E a educação nesse contexto na perspectiva da educação humanizadora.

A seleção de trabalhos científicos, voltados à temática dos direitos das pessoas com deficiência (PcD) e da Educação, visa a inclusão através do compartilhamento dos conhecimentos sobre suas especificidades, através da abordagem de Leis, estratégias e metodologias de atendimentos/ações, ensino/aprendizagem.

Apresenta-se um vasto conteúdo que contempla a grande diversidade de olhares e experiências dos autores que pesquisam e/ou trabalham as questões da inclusão, da deficiência e da educação. Essas diferentes produções fomentam e enriquecem a acadêmica, a pesquisa e a práxis profissional dos pesquisadores e intervencionistas nessas áreas.

É importante mencionar que as pesquisas apresentadas nesta obra são um relevante subsídio para o conhecimento e a democratização da evolução conceitual das políticas públicas inclusivas no Brasil.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 afirma a pessoas com deficiência como sujeito de direitos especiais, como sujeito dos direitos basilares, resultantes de sua condição peculiar de pessoas que necessitam de efetividade nas políticas públicas.

Em 2008 a Política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva veio acrescentar que “O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação[...]” (p. 5).

Em 2015 a Lei Brasileira de inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) adota um modelo social de deficiência e se apresenta com um instrumento legal de direitos humanos para todas as pessoas com deficiência, reafirmando o direito de gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, identificadas como pessoas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

É importante destacar o contributo da Lei nº 12.764, de dezembro de 2012 que dispõe sobre os direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a Lei nº 12.796 de abril de 2013 que assegura a educação especial oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A Educação é uma das áreas de transversalidade das políticas públicas para a efetiva inclusão e cidadania da Pessoa com Deficiência, visando um contexto de igualdade de oportunidades para garantir, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de

todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

Nesse contexto, esta obra enfatiza a importância da educação como ferramenta de inclusão de pessoas com deficiência. Sendo uma rica contribuição para o conhecimento da temática dos direitos humanos, na busca de efetivação da cidadania, igualdade de oportunidades e inclusão social.

Boa leitura!

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Jacinta Lúcia Rizzi Marcom

SUMÁRIO

IV. INCLUSÃO SOCIAL, PCD E EDUCAÇÃO DIÁLOGOS CONVERGENTES E ARTICULAÇÃO INTERDISCIPLINAR

CAPÍTULO 1..... 1

SALA DE AULA PARA TODOS(AS): UTOPIA OU REALIDADE?

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Luci Mary Duso Pacheco

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122091>

CAPÍTULO 2..... 9

A ESCOLARIZAÇÃO DE PESSOAS COM SÍNDROME DA TALIDOMIDA

Jesse Budin

Renato Salla Braghin

Leonel Piovezana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122092>

CAPÍTULO 3..... 20

PERCEPÇÃO FAMILIAR SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DE BOURDIEU

Marlene Rodrigues

Juliana Gisele da Silva Nalle

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122093>

CAPÍTULO 4..... 35

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O USO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE OLINDA: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE O LEGAL E O REAL

Elisabeth Donisete de Gois Sena

Márcia Regina Barbosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122094>

CAPÍTULO 5..... 53

EDUCAÇÃO ESPECIAL VINCULADO AOS PRINCIPAIS PERIÓDICOS NACIONAIS: LEVANTAMENTO DE PRODUÇÕES

Diná Freire Cutrim

Claudia de Oliveira Vale

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122095>

CAPÍTULO 6..... 68

E AGORA? COMO ENSINAR UM(A) ESTUDANTE COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA LICENCIATURA EM FÍSICA?

Lucianno Cabral Rios

Brunna Stella da Silva Carvalho Melo

Neuton Alves de Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122096>

CAPÍTULO 7	79
A EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A CRIANÇA COM A SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS PELO ENSINO REMOTO	
Jaqueline Leandra de Menezes Pereira dos Santos Edicléa Mascarenhas Fernandes Elizabeth Rodrigues de Oliveira Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122097	
CAPÍTULO 8	91
IMPLANTE COCLEAR: CONCEITOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	
Jaqueline de Oliveira Costa Melo Ana Paula de Araújo Barca	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122098	
CAPÍTULO 9	101
TERAPIA ASSISTIDA POR CÃES NA APRENDIZAGEM DE ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Simone Gomes Ghedini	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122099	
CAPÍTULO 10	111
PRÁTICAS INCLUSIVAS NA CLASSE REGULAR EM ESCOLA PARTICULAR DE SÃO GONÇALO: UMA EXPERIÊNCIA DE 15 ANOS DE ATUAÇÃO	
Cristiane Batista Xavier de Moraes Cristiane Mendes Cunha Melo Vera Lucia Prudencia dos Santos Caminha Viviane de Oliveira Freitas Lione	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220910	
CAPÍTULO 11	125
ESTADO DO CONHECIMENTO: UM OLHAR INVESTIGATIVO SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (2012-2018)	
Emne Mourad Bouffleur Roseli Áurea Soares Sanches	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220911	
CAPÍTULO 12	137
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AVANÇOS E DESAFIOS EM POÇÕES-BA	
Stela de Jesus Lucas Aguiar Tomaz Ferreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220912	
CAPÍTULO 13	147
A UNIVERSIDADE NA INCLUSÃO E A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC	
Fernanda Cláudia Araújo da Silva	

Antonio Alex Dayson Tomaz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220913>

CAPÍTULO 14..... 156

ENSINO DE GEOMETRIA PARA UMA ALUNA CEGA

Elisabete Marcon Mello

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220914>

CAPÍTULO 15..... 164

AS SUPERAÇÕES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM IDADE ESCOLAR

Rodrigo Regert

Amanda Alexandre Cordeiro

Lanie Cristini Cordeiro

Joel Haroldo Baade

Deize Maria Baretta

Adelcio Machado dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220915>

CAPÍTULO 16..... 169

CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DA INTEGRAÇÃO SENSORIAL FRENTE A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA)

Tereza Sabina Souza Reis

Francisca Moraes da Silveira

Heridan de Jesus Guterres Pavão Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220916>

CAPÍTULO 17..... 177

A IMPLEMENTAÇÃO DA HUMANIZAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA

Angélica Bort

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220917>

CAPÍTULO 18..... 183

TEORIA DE VIGOTSKI (1896 - 1934): PRINCIPAIS CONCEITOS E IMPLICAÇÕES PARA UM PROJETO EDUCACIONAL PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Sandra Regina Barbosa

Edicléa Mascarenhas Fernandes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220918>

SOBRE AS ORGANIZADORAS..... 191

ÍNDICE REMISSIVO..... 192

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AVANÇOS E DESAFIOS EM POÇÕES-BA

Data de aceite: 02/09/2021

Data de submissão: 04/06/2021

Stela de Jesus

Professora da rede estadual
Poções - BA

<http://lattes.cnpq.br/2529674730849716>

Lucas Aguiar Tomaz Ferreira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Vitória da Conquista - BA

<http://lattes.cnpq.br/4410874972540151>

Artigo publicado em anais do XI Colóquio do Museu Pedagógico de 2015.

RESUMO: O presente artigo discute as contradições, avanços e desafios da Educação Inclusiva (EI) na rede municipal de Poções-BA, mais especificamente nas escolas localizadas na sede do referido município. O objetivo é analisar o processo de construção de políticas públicas educacionais e de seu desdobramento na perspectiva de educação inclusiva no Brasil e como esta política pública tem chegado à cidade de Poções, e como elas tem refletido na efetivação da EI nas escolas municipais. Para a sua construção foi realizada uma revisão bibliográfica, análise documental da legislação brasileira sobre EI e foram aplicados questionários com professores da rede municipal a fim de verificar como a discussão e as práticas pedagógicas voltadas à EI tem sido realizadas nesse município. É notório que por mais que se tenha conseguido avanços na acessibilidade há

muito que precisa ser melhorado para que se haja inclusão de fato.

PALAVRAS - CHAVE: Acessibilidade. Políticas Públicas. Poções-BA.

INCLUSIVE EDUCATION: ADVANCES AND CHALLENGES IN POÇÕES-BA

ABSTRACT: This paper discusses the contradictions, advances and challenges of Inclusive Education (IE) in municipal Poções-BA, specifically in schools located in the municipality headquarters. The goal is to analyze the process of construction of educational policies and their deployment in inclusive education perspective in Brazil and how this public policy has come to town Poções, and how they have reflected in the effectiveness of EI in municipal schools. For its construction a literature review was conducted document analysis of Brazilian legislation on EI and were questionnaires with teachers from the municipal network to see how the discussion and teaching practices focused on EI has been held in this city. It is clear that however much has been achieved advances in accessibility has long needs to be improved so that there is inclusion of fact.

KEYWORDS: Accessibility. Public Policy. Poções-BA.

1 | INTRODUÇÃO

Sabe-se que as contradições sócio-históricas proporcionadas pela sociedade capitalista têm influenciado de maneira significativa as diferentes modalidades de

ensino, bem como, a EI tem sido reflexo dessas contradições do capital. A acessibilidade dos educandos com necessidades educacionais especiais (NEE) nas escolas e nos diferentes espaços faz parte de discussões de vários educadores e pesquisadores em educação como também de legisladores e da sociedade.

Nesse trabalho foram analisados os avanços e desafios que o município de Poções possui no que se refere à EI. O município possui 35 estabelecimentos educacionais, dentre eles 24 estão localizadas na sede e 11 na zona rural. Dos 24 apenas 3 são creches. Dos 21 (exceção das creches) foram escolhidos 5 que são os de maiores porte e que possuem os maiores números de matrículas de alunos com NEE para ser aplicado o questionário com professores e/ou gestores e coordenadores. Realizou-se também uma pesquisa bibliográfica usando autores que discutem políticas públicas e educação inclusiva

21 EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO CONTEXTO NACIONAL AO MUNICIPAL: PRÁTICAS INCLUSIVAS NO MUNICÍPIO DE POÇÕES

A EI no Brasil como em demais países teve como base a Declaração de Salamanca de 1994, que assegurou a matrícula dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares. Mas anterior a essa declaração, tem-se a promulgação da Constituição Federal brasileira, de 1988, em que no capítulo III, seção I, Art. 205 define a educação como direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988). Nesse mesmo capítulo e seção o inciso III do Art. 208 se refere ao dever do Estado de garantir, “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;” (BRASIL, 1998, p. 122). Percebe-se que desde 1988 se tinha uma ressalva à educação especial.

Na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, encontra-se uma importante redação sobre o processo histórico de políticas públicas sobre educação especial/educação inclusiva no Brasil. Ressalta que o atendimento de pessoas com deficiência teve início no período imperial. Esse atendimento se deu com,

[...] a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi - 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e; em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (BRASIL, 2008, p. 6)

Em 1961 esse atendimento foi fundamentado na Lei nº 4.024/ 61 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Lei nº 5.692/71 alterou a LDB de 1961 e reforçou o encaminhamento dos alunos com necessidades educacionais especiais para as classes e escolas especiais. Em 1973 o Ministério da educação criou o centro Nacional de Educação

Especial que impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiências. Na década de 1990 a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e a de Salamanca em 1994 influenciaram na formulação das políticas públicas da Educação Inclusiva. No Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, Lei nº 8.069/90 no capítulo IV, art. 53 afirma que a criança e o adolescente tem o direito à educação, que lhe dará condições para o exercício da cidadania e preparo para o trabalho, cabendo ao Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;” (BRASIL, 1990, Art. 54, inciso III).

Na Lei nº 9.394/96 Diretrizes e Bases da Educação Nacional tem um capítulo específico, o V, que trata da Educação Especial e ratifica no inciso I do art. 59 que será assegurado pelos sistemas de ensino aos alunos com necessidades educacionais especiais: “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;”. Assim, as adequações devem acontecer para que estes alunos não sejam apenas matriculados, mas que possam ser devidamente atendidos mediante suas especificidades.

Na década de 2000 foram elaboradas algumas leis, decretos, portarias voltadas à educação inclusiva. Vale ressaltar a Lei nº 10.172/2001 que aprova o Plano Nacional de Educação e estabelece 28 objetivos para a educação especial, que por sua vez é definida neste plano como aquela destinada às pessoas com necessidades especiais, originadas de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, ou de características como altas habilidades, superdotação ou talentos. Em 2001 a Resolução CNE/CEB nº2/2001 instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Em 2002 foi promulgada a Lei nº 10.436/02 que dispõe da Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão e que estabelece como obrigatoriedade a inserção da disciplina Libras nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia. E a Resolução CNE/CP nº 1/02 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores. A portaria nº 2.678/02 aprovou a diretriz e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille. Em 2008 é elaborada a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Em síntese tem-se um caminho de mais de duas décadas percorrido o que reorganizou, reformulou e ratificou a educação que antes era especial (segregada) e passou a ser inclusiva (rede regular) com atendimento especializado quando houver necessidade em turno oposto ao da educação escolarizada.

Os atendimentos em turno oposto geralmente são ofertados nos centros de Atendimento Educacional Especializado (centro de AEE). Os centros de AEE possuem fundamentos legais, políticos e pedagógicos estabelecidos nos seguintes documentos legais: o Decreto nº 186/2008 e o Decreto nº 6.949/2009, que ratificam a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU, 2006; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/ 2008 que estabelece diretrizes gerais para

educação especial; o Decreto nº 7. 611/2011, que dispõe sobre o apoio da União e a política de financiamento do Atendimento Educacional Especializado; a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na educação básica; a Resolução CD/FNDE nº10/2013 que dispõe sobre os critérios de repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola. Estes centros são orientados pelo MEC e o podem ofertar o atendimento educacional especializado por instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, que sejam especializadas em educação especial, atendendo aos estudantes matriculados nas classes comuns da educação básica. Esta atuação deve se dar por meio da reorientação das escolas especiais.

Dessa maneira, de acordo com os documentos referidos anteriormente fica compreendido que “A educação especial é uma modalidade de ensino transversal aos níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza recursos e serviços e realiza o atendimento educacional especializado, de forma complementar ou suplementar à escolarização;” (BRASIL, 2013, p.2). Ainda na Nota Técnica nº 55 fica estabelecido que esse atendimento especializado na perspectiva da educação inclusiva pode ser oferecido aos educandos público alvo dessa modalidade de ensino por meio da reorganização das escolas especiais que se objetivam transformarem-se em centros.

Aos educandos com necessidades educacionais especiais lhes é garantido o direito de frequentarem as classes de escolas de ensino regular nas diferentes modalidades de ensino e serem atendidos em turno oposto no AEE, este atendimento sendo compreendido como “[...] o conjunto de atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade, organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos estudantes público alvo da educação especial, matriculados no ensino regular.” (BRASIL, 2013, p. 2). Este atendimento não substitui a escolarização. Estes alunos podem ser prioritariamente atendidos também, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou de outra escola de ensino regular. Além disso, os centros promoverão atendimento em interface com os professores do ensino regular, promovendo os apoios necessários à participação e aprendizagem destes estudantes.

Na cidade de Poções o centro de AEE, vem iniciando suas atividades em pequenos passos. É nomeado de Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado de Poções - CMAEEP. A ideia de formação de um centro de atendimento surgiu de uma professora da rede municipal diante das dificuldades encontradas em seu trabalho como coordenadora pedagógica no município em 2012. Diante de suas inquietações a professora elaborou um projeto e o apresentou à Secretaria Municipal de Educação de Poções (SMEP). Outro projeto, tempo depois, elaborado por uma fisioterapeuta e encaminhado à SMEP proporcionou a união dos projetos e a construção de uma equipe que começou a elaborar o regimento interno do centro, o qual já possui um local que será a sede do mesmo e está em processo de adequações. O grupo conta com alguns profissionais, tais como, pedagogo, psicólogo, enfermeiro e fisioterapeuta.

O centro será financiado conforme define o MEC nas orientações de atuação dos Centros de AEE, que é estabelecido no Decreto nº 7.611/2011, em que a União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e a estas instituições que ofertam o atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados nas classes comuns da rede pública de ensino regular.

Para serem atendidos pelo centro os educandos passarão por uma triagem para que se conheçam quais as necessidades educacionais de cada aluno. Estes deverão estar devidamente matriculados na rede municipal de ensino. Eles receberam atendimento no turno oposto ao de sua escolarização, mas serão avaliados por meio de relatórios elaborados no centro e na escola onde estudam. A proposta do centro é trabalhar em parceria com as escolas, além do atendimento especializado, que auxiliará aos profissionais da rede de ensino no município.

Segundo dados do Censo escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP)-2014 o número de matrículas no ensino fundamental em escolas municipais em Poções são 7 854 alunos, sendo 4 421 nas séries iniciais e 3 433 nas séries finais. Dos 35 estabelecimentos de ensino fundamental segundo dados do INEP-2013 apenas cinco possuem algumas adequações que possibilitam a acessibilidade, sendo elas: Abílio Ferreira Campos, Nossa Senhora Aparecida, Pedro Alves Cunha, Dom Climério e Monteiro Lobato. Situadas na zona rural, as duas primeiras mencionadas e as demais na sede do município. Dentre elas apenas Dom Climério, Nossa Senhora Aparecida e Pedro Alves Cunha possuem sanitários acessíveis aos portadores de deficiência. As escolas Abílio Ferreira Campos, Monteiro Lobato e Pedro Cunha afirmam possuir as dependências da escola acessíveis aos portadores de deficiência.

Vale ressaltar que estas escolas não registraram nenhuma matrícula de alunos com necessidades especiais nesse censo, mesmo as que possuem algumas adequações físicas para deficientes. Acredita-se que há ainda uma resistência ao responder ao censo sobre as necessidades educacionais especiais, isso se deve a falta de laudos médicos ou falta de uma equipe que possa dar suporte a gestão escolar através de uma triagem dos alunos matriculados. É perceptível que a maioria das escolas da rede municipal não possui adequações na infraestrutura para atender as demandas das necessidades especiais tais como: pisos táteis, rampas e corrimão, salas com portas acessíveis, carteiras adequadas, equipamentos e recursos didáticos específicos. Mesmo que os dados sobre matrículas de alunos com NEE no censo do INEP-2014 seja mínima, eles são matriculados e estão nas mais variadas escolas municipais com apenas as mínimas adequações que estas escolas oferecem.

Por meio das escolas indicadas pela SMEP como sendo as que possuem os maiores números de matrículas de alunos com NEE é que foram aplicados os questionários. Foram aplicados 29 questionários dentre os sujeitos que responderam ao questionário 10,34 % são

gestores, 20,68% são coordenadores e 68,98 professores. Destes 55,2% são licenciados, 34,5% são pós-graduados e 10,3% são mestres. Quando foram questionados se durante a formação tiveram algo relacionado à EI 51,7 % disseram ter discutido sobre o tema durante a formação e 48,3% disseram não ter visto nada relacionado à EI durante sua formação. Sobre a matrícula de alunos público alvo da educação especial, estes profissionais deram diferentes respostas que variam dependendo das escolas, e que podem atingir até mais de 30 alunos em uma escola, o gráfico 01 mostra essa quantidade.

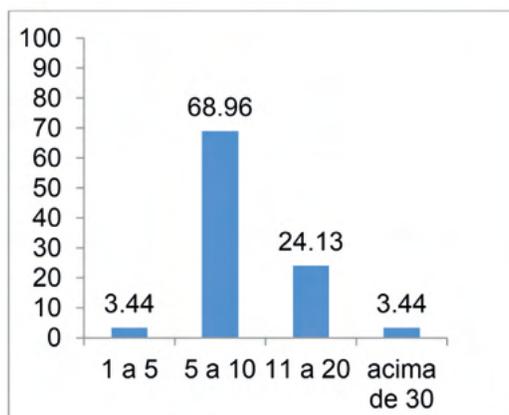


Gráfico 01 – quantidade de alunos com NEE matriculados.

Fonte: pesquisa de campo, 2015.

Verifica-se uma contradição entre o percentual de matrículas que são deduzidas pelos profissionais e a ausência destes dados no censo do INEP-2014, que apresenta o número de matrículas na rede nas escolas urbanas (apenas 1 matrícula) e rurais (23 matrículas) nos anos iniciais do ensino fundamental, e 3 matrículas na zona rural e nenhuma na zona urbana nos anos finais. Comparado aos dados que os profissionais indicaram que podem variar de 1 a mais de 30 matrículas de alunos com NEE em escolas na área urbana. A não especificação dessas matrículas pode atrapalhar no processo de adequações devidas para a inserção dos diferentes alunos.

Sobre a quantidade de educandos com NEE que tais profissionais atendem em suas salas de aula as respostas são bem variadas: 13,8% disseram não ter nenhum, 41,4% disseram ter apenas 1 aluno, 6,9% possuem 2 alunos, 10,3% possuem 3 alunos, 3,4% possuem 5 alunos, 3,4% possuem 6 alunos, 6,9% estão fora da sala (fazendo parte da coordenação) e 17,2% não responderam a esta questão.

Quando questionados sobre estarem preparados para o atendimento desses educandos, 82,7% disseram não se sentirem preparados para trabalharem com eles, apesar de terem visto algo em sua formação sobre EI. Mas nenhum deles possui formação específica para EI. Esse é um dos desafios para a EI, a maioria dos profissionais não

possuem formação para trabalharem com os diferentes educandos. Na maioria das licenciaturas apenas contém em suas grades curriculares a disciplina Libras e/ou Educação Especial, o que não é suficiente para garantir segurança aos profissionais para o seu trabalho.

Os profissionais ainda apontam que além de se sentirem inseguros e despreparados, não possuem boas condições de trabalho para a EI, 48,3% afirmaram que as condições são razoáveis e os outros 48,3% afirmaram ter condições ruins para a prática da EI. Sobre a escola 93,1% dos profissionais salientaram que a escola não está preparada para incluir. Uma contradição que ainda precisa ser repensada e superada, já que estes alunos estão matriculados e não possuem condições adequadas e/ou profissionais preparados para a sua inclusão.

Mesmo com tantos desafios que a EI apresenta no município de Poções, este tem se dedicado e tem feito ações voltadas à inclusão. Sobre a atuação do município para a EI, foram apontadas tais ações pelos profissionais: 27,6% disseram que o município tem ofertado cursos de formação, tem realizado as adequações físicas e instalado o centro de AEE; 68,9% disseram da disponibilização de equipe de apoio nas escolas; 3,4% sinalizaram a disponibilidade de monitores em salas de aula e 10,3% falaram que o município nada tem feito pela EI.

Em meio a tantos desafios a instalação do centro de AEE é um grande avanço para a EI, pois alguns profissionais como fisioterapeuta e psicólogo atenderão os alunos da rede municipal e darão assistência às instituições de ensino colaborando para práticas inclusivas e para que se possa ter mais acessos aos dados como matrículas desses alunos.

3 | CONSIDERAÇÕES

Diante de todo esse quadro referente ao município de Poções é notório o desejo da efetivação da EI na prática das leis e no desenvolvimento de ações que possibilitem acessibilidade e aprendizagem para estes alunos. Mas há que se pensar que para a efetivação de uma inclusão de fato é preciso romper com o discurso de igualdade e de individualidade estabelecido pela lógica capitalista que são refletidas nas práticas educativas. É preciso perceber, respeitar e valorizar as diferenças, além de compreender que cada pessoa possui maneira diferente de aprender, e faz-se necessário educar para além das imposições dessa lógica capitalista.

É necessário adequações para atender a estes alunos tais como as mudanças nos currículos, na infraestrutura das escolas, formações docentes e capacitações para professores e demais profissionais da comunidade escolar, adequações nos projetos pedagógicos das escolas, nas metodologias dos docentes e aquisição de recursos didáticos específicos para as diferentes necessidades dos alunos matriculados. Sobre tais ponderações Barretta e Canan (2012, p.3) afirmam que,

[...] não é suficiente a constituição de uma política pública educacional bem definida, com conteúdo bem construído, formulado; o importante e imprescindível é trabalhar para que a política aconteça, contemplando de forma efetiva o processo de desenvolvimento e aprendizagem do principal sujeito da esfera educacional: o aluno.

A prática da lei é mais relevante do que apenas a elaboração e promulgação da mesma. Mas se faz necessário analisar, refletir e avaliar os avanços que se tem conseguido nas políticas inclusivas. Além disso, é preciso reajustes e financiamento para que estes aconteçam devidamente. Ferreira e Ferreira (2004, p. 24) ao analisar a legislação afirmam que o que se espera é uma realidade que ainda não foi construída devidamente,

Partindo do exame da legislação e outros documentos políticos o contexto esperado seria de um acesso ampliado dos alunos com deficiência a uma escola básica mais aberta para acolhê-los e mais habilitada a fazê-lo. Deve-se considerar, contudo, ao olhar para as políticas que acompanham a materialização da educação dita inclusiva, no Brasil, que o que faz é o resultado do embate de várias forças sociais e econômicas, portanto marcado por contradições (FERREIRA E FERREIRA, 2004, p. 24).

Dessa maneira o que se tem de políticas públicas é construído a partir dos embates sociais e econômicos, prevalecendo o modelo neoliberal em que os direitos são garantidos para dar ênfase a legislação, não se levando em conta as devidas adequações e apoio governamental para que estes se concretizem de forma ampla atendendo as demandas sociais e diminuindo as diferenças.

REFERÊNCIAS

BARRETTA, E. M. CANAN, S. R. Políticas Públicas de Educação Inclusiva: avanços e recuos a partir dos documentos legais. **IX ANPED SUL**. Disponível em: <www..ucs.br> acesso em abril de 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Lei 4.024/ 61, de 20 de dezembro de 1961. Brasília, 1961.

_____. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Lei 5.692/ 71, de 11 de agosto de 1971. Brasília, 1971.

_____. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Lei 9.394/ 96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Lei 10 172/ 01, de 09 de janeiro de 2001. Disponível em:<http: www.planalto.gov.br> acesso em: 20 de julho de 2015.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 2** de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br > acesso em 22 de março de 2015.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 1 de 2002**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br > acesso em 22 de março de 2015.

_____. **Portaria MEC nº 2678, de 24 de setembro de 2002.** Aprova o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e recomenda o seu uso em todo o território nacional. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3494-portaria-mec-n%C2%BA-2678-de-24-de-setembro-de-2002>> acesso em Maio de 2015.

_____. Ministério da Educação. **Estatuto da criança e do adolescente.** Brasília, 2005.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 07 de janeiro de 2008.

_____. **Decreto Legislativo nº186 de 2008.** Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> acesso em: 20 de maio de 2015.

_____. **Decreto nº 6949 de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> acesso em: 11 de Ago de 2015.

_____. **Resolução nº 04 de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf> acesso em Maio 2015.

_____. **Decreto nº 7 611.** De 17 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> acesso em: 20 de julho de 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

_____. Ministério da Educação. Nota Técnica Nº 055 / 2013. **Orientação à atuação dos Centros de AEE, na perspectiva da educação inclusiva.** 10 de maio de 2013.

_____. **Resolução/CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013.** Dispõe sobre os critérios de repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em cumprimento ao disposto na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/resolucoes/2013?start=10>> Acesso em maio de 2015.

_____. **Legislação Específica/ Documentos internacionais.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>> acesso em 28 de julho de 2014.

_____. **Censo Escolar do INEP 2013.** Disponível em: <<http://www.qedu.org.br>>, acesso em 27 de julho de 2014.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>, acesso em 20 de novembro de 2014.

FERREIRA, Maria Cecília Carareto. FERREIRA, Julio Romero. Sobre Inclusão, Políticas Públicas e Práticas Pedagógicas. In: Góes, Maria Cecília Rafael de. LAPLANE, Adriana L. F.(orgs.). **Políticas e Práticas de Educação Inclusiva.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

INEP. **Censo Escolar 2013.** Disponível em: <<http://www.qedu.org.br>>, acesso em 27 de julho de 2014.

INEP. **Censo Escolar 2013**. Disponível em : <<http://portal.inep.gov.br>>, acesso em 27 de julho de 2014.

INEP. **Censo Escolar 2014**. Disponível em : <<http://portal.inep.gov.br>>, acesso em 22 de abril de 2015.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Jomtien/1990. Disponível em: <unesdoc.unesco.org> acesso em abril de 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 1, 14, 17, 18, 21, 41, 43, 54, 62, 68, 73, 77, 85, 89, 92, 104, 105, 112, 128, 137, 138, 140, 141, 143, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 155

Adaptação Curricular 60, 76, 90, 111, 112, 113, 114, 116, 117

Alunos Cegos 61, 62, 155, 156, 157, 163

Aprendizagem em Física 68

C

Crianças 13, 2, 7, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 29, 31, 48, 56, 57, 59, 64, 66, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 99, 100, 102, 106, 108, 109, 112, 122, 127, 129, 130, 131, 132, 134, 164, 166, 167, 168, 170, 172, 173, 174, 179, 183, 185, 188

D

Deficiência 9, 10, 12, 13, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 58, 60, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 81, 83, 86, 89, 92, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 117, 124, 126, 127, 138, 139, 141, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190

Deficiência auditiva 13, 92, 100, 164, 165, 166, 168, 178

Deficiência Intelectual 12, 13, 58, 63, 68, 70, 71, 74, 86, 101, 102, 103, 104, 106, 108, 109, 117, 178, 183, 184, 187, 188, 189

Diversidade 9, 1, 5, 7, 9, 37, 39, 49, 82, 89, 90, 109, 113, 118, 155, 156, 170, 171, 181, 183

E

Educação 2, 9, 10, 11, 12, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 93, 100, 101, 102, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 155, 156, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 175, 178, 180, 182, 183, 184, 186, 188, 189, 190, 191

Educação de Jovens e Adultos 11, 35, 36, 37, 38, 42, 44, 50, 51

Educação Especial 9, 11, 1, 2, 3, 8, 14, 15, 18, 21, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 48, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 78, 81, 82, 85, 88, 100, 101, 111, 113, 114, 115, 116, 118, 122, 123, 127, 132, 138, 139, 140, 142, 143, 145, 155, 170, 180, 184, 189, 190

Educação Inclusiva 9, 12, 4, 5, 8, 18, 20, 35, 37, 43, 54, 60, 63, 65, 66, 68, 70, 71, 75, 77, 78, 81, 83, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 122, 123, 137, 138, 139, 140, 144, 145, 147, 170, 171, 178, 180, 182, 184, 189, 190

Educação Superior 16, 17, 61, 68, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 78

Ensino 9, 12, 13, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 14, 15, 16, 17, 22, 24, 26, 27, 29, 31, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 48, 50, 53, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 94, 95, 103, 104, 105, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 122, 127, 129, 130, 131, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 162, 163, 164, 165, 167, 170, 173, 177, 179, 180, 181, 189, 191

Ensino-aprendizagem 57, 80, 84, 86, 164, 189

Ensino Remoto 12, 79, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 89, 90

Escolarização 11, 9, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 54, 71, 72, 81, 133, 140, 141

Estado do Conhecimento 12, 125, 126, 127

F

Família 20, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 41, 48, 63, 83, 84, 92, 104, 105, 115, 164, 166, 167, 171, 179, 180

Formação de Professores 4, 35, 64, 65, 71, 89, 118, 125, 127, 128, 131, 134, 139, 152, 171, 182

G

Geometria 13, 156, 157, 158, 162, 163

H

Habilidades Auditivas 91, 92, 93, 94, 97, 99

I

Implante Coclear 12, 29, 91, 92, 93, 99, 100

Inclusão 9, 10, 11, 12, 13, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 32, 35, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 100, 112, 113, 116, 118, 122, 123, 125, 130, 131, 132, 135, 136, 137, 143, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 165, 166, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 183, 189, 190

Inclusão Escolar 11, 13, 1, 2, 3, 4, 5, 9, 11, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 32, 50, 58, 59, 60, 66, 70, 88, 112, 122, 125, 130, 131, 132, 136, 169, 170, 171, 172, 175

Inclusão Social 9, 10, 11, 3, 4, 11, 35, 40, 43, 83, 89, 100, 135

Integração Sensorial 13, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176

L

LBI 83, 147, 148, 149, 151, 153, 189

M

Microcefalia 79, 80, 86, 87, 88, 89, 90

P

Perspectiva Sociológica de Boudieu 20

Poções-BA 12, 137

Políticas Públicas 9, 4, 15, 36, 43, 46, 48, 50, 137, 138, 139, 144, 145, 147, 148, 150, 153, 171

Práticas Inclusivas 12, 61, 81, 111, 118, 138, 143, 175

Produção do conhecimento 53, 54

Público Alvo 53, 55, 59, 60, 65, 140, 142

S

Sala de Recursos Multifuncionais 35, 38, 42, 44, 47, 48, 58, 85, 103, 104, 105, 106, 113, 115, 122

Síndrome da Talidomida 11, 9, 10, 11, 12, 17

Surdez 13, 29, 61, 64, 78, 91, 164, 166, 168

T

Terapia Assistida por Cães 12, 101, 102, 103, 104, 107, 109

Transtorno do Espectro do Autismo 12, 13, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 134, 135, 169, 170, 171, 172

U

UFC 12, 147, 148, 151, 152, 153, 155

Z

Zika Vírus 12, 79, 80, 89, 90

Educação:

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR


Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

4

*Da vida quero o abraço, um sorriso, um passo a passo, alegria, imperfeição,
ensinar é aprender
ver o mundo,
Gente e letra, dando as mãos, aprender é transformar, ler o mundo, o meu lugar
compreender,
conhecer meu
próprio chão,
criar asas
pra voar, alcançar a imensidão, à distância, nem olhar, o meu eu, libertação.*



Educação:

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR

Atena
Editora
Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

4

*Da vida quero o abraço, um sorriso, um passo a passo, alegria, imperfeição,
ensinar é aprender
ver o mundo,
Gente e letra, dando as mãos, aprender é transformar, ler o mundo, o meu lugar
compreender,
conhecer meu
próprio chão,
criar asas
pra voar, alcançar a imensidão, à distância, nem olhar, o meu eu, libertação.*

